

LIDO NO EXPEDIENTE

Em: 03 dez 2007



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - PI

ESTADO DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Praça Des. Edgard Nogueira, S/N - Centro Cívico
TERESINA - PI - CEP 64000-830 - Fone: (86) 216-7401

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA
Nos termos regimentos
Encaminha-se o Projeto

[Assinatura]
Raimundo Falcão, Diretor
Diretor Legislativo

Ofício Nº 386/07-GP

Teresina, 03 de dezembro de 2007.

A Sua Excelência o Senhor
Dep. Themistocles Sampaio Filho
DD. Presidente da Augusta
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
LOCAL

ASSUNTO: Encaminhando a Resolução nº 022/2007 do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.

Senhor Presidente,

Com os meus cumprimentos, encaminho a Vossa Excelência, Resolução nº 22/2007, que altera a Lei de Organização Judiciária do estado do Piauí (Lei Estadual nº 3.716/1979) e à Lei Estadual nº 5.204/2001, de 07 de agosto de 2001, aprovada por este Egrégio Tribunal Pleno, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, em sessão extraordinária, de caráter administrativo, realizada no dia 18 de outubro do corrente ano, para fins de apreciação dessa Excelsa Assembléia Legislativa do Estado do Piauí.

Certo de contar com apoio sempre bem acolhido dessa Corte, apresento a Vossa Excelência protestos de estima e elevado apreço, colocando-nos sempre à disposição no que for necessário.

[Assinatura]
Desembargador **LUIS FORTES DO REGO**
PRESIDENTE

Orgão	AL
Número	PC-3087/07
Data	06.12.07
Assunto	Proj.
Matrícula	
Rubrica	<i>[Assinatura]</i>
Assinatura	

LIDO NO EXPEDIENTE

Em: 05 de dez 2007



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - PI

ESTADO DO PIAUÍ

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Praça Des. Edgard Nogueira, S/N - Centro Cívico
TERESINA - PI - CEP 64000-830 - Fone: (86) 216-7401

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA

Nos termos regimentos

Encaminha-se ao Protocolo

[Assinatura]

Atenciosamente,
Diretor Legislativo

Ofício Nº 366/07-GP

Teresina, 03 de dezembro de 2007.

A Sua Excelência o Senhor
Dep. Themístocles Sampaio Filho
DD. Presidente da Augusta
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
LOCAL

ASSUNTO: Encaminhando a Resolução nº 022/2007 do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.

Senhor Presidente,

Com os meus cumprimentos, encaminho a Vossa Excelência, Resolução nº 22/2007, que altera a Lei de Organização Judiciária do estado do Piauí (Lei Estadual nº 3.716/1979) e à Lei Estadual nº 5.204/2001, de 07 de agosto de 2001, aprovada por este Egrégio Tribunal Pleno, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, em sessão extraordinária, de caráter administrativo, realizada no dia 18 de outubro do corrente ano, para fins de apreciação dessa Excelsa Assembléia Legislativa do Estado do Piauí.

Certo de contar com apoio sempre bem acolhido dessa Corte, apresento a Vossa Excelência protestos de estima e elevado apreço, colocando-nos sempre à disposição no que for necessário.

[Assinatura]
Desembargador **LUIS FORTES DO REGO**
PRESIDENTE

Orgão	AL
Número	AL-3687/04
Data	06.12.07
Assunto	Reg.
Matrícula	
Rubrica	<i>[Assinatura]</i>
Assinatura	<i>[Assinatura]</i>



ESTADO DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

23
AL-DIRETORIA LEGISLATIVA
Nos termos reg. 1º
Encaminha-se. Protocolo

[Assinatura]
Mônica Wander Calisto Barreto
Diretora Legislativa

RESOLUÇÃO Nº 22/2007, DE 18 DE OUTUBRO DE 2007.

O EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das suas atribuições,

CONSIDERANDO que com a instalação da Vara Exclusiva de Execuções Penais e Corregedoria de Presídios, criada pela Lei nº 5.204/2001, a segunda Vara Criminal da Comarca de Teresina desapareceu de fato da estrutura organizacional do Poder Judiciário do Piauí;

CONSIDERANDO a necessidade de readequação da organização judiciária nas Comarcas de Teresina, Parnaíba e outras;

CONSIDERANDO que a escassez de recursos orçamentários do Poder Judiciário se erige em substancial obstáculo a instalação de novas unidades judiciárias na Capital e no interior do Estado por requerer a implementação de toda uma estrutura organizacional;

CONSIDERANDO que, em momento de crise financeira, o Poder Judiciário precisa agir com criatividade, usando dos recursos disponíveis para garantir melhor acesso à Justiça e concorrer, assim, para a promoção do bem comum, objetivo-síntese de todo e qualquer país civilizado.

R E S O L V E:

I – APROVAR em Sessão Plenária extraordinária, de caráter administrativo, datada de 18 de outubro de 2007, o seguinte Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre a alteração da Lei n. 3.716, de 12 de dezembro de 1979 – Lei de Organização Judiciária e da Lei 5.204, de 07 de agosto de 2001, e dá outras providências, a ser encaminhado ao Poder Legislativo para apreciação:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 04/2007, DE OUTUBRO DE 2007

Propõe à Assembléia Legislativa Projeto de Lei Complementar com alterações à Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí (Lei Estadual nº 3.716/1979) e à Lei Estadual nº 5.204, de 07 de agosto de 2001.

Art. 1º O artigo 41 da Lei estadual nº 3.716, de 12 de dezembro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 41. As trinta e quatro varas da Comarca de Teresina, cada uma com um Juiz de Direito, repartem-se em:

I – dez Varas Cíveis, por distribuição, denominadas numericamente de 1ª a 10ª;



ESTADO DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA
Nos termos regimentos
Encaminha-se: PROTOCOLADO

[Assinatura]
Mônica Mendes Calisto Cordeiro
Diretora Legislativa

RESOLUÇÃO Nº 22/2007, DE 18 DE OUTUBRO DE 2007.

O EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das suas atribuições,

CONSIDERANDO que com a instalação da Vara Exclusiva de Execuções Penais e Corregedoria de Presídios, criada pela Lei nº 5.204/2001, a segunda Vara Criminal da Comarca de Teresina desapareceu de fato da estrutura organizacional do Poder Judiciário do Piauí;

CONSIDERANDO a necessidade de readequação da organização judiciária nas Comarcas de Teresina, Parnaíba e outras;

CONSIDERANDO que a escassez de recursos orçamentários do Poder Judiciário se erige em substancial obstáculo a instalação de novas unidades judiciárias na Capital e no interior do Estado por requerer a implementação de toda uma estrutura organizacional;

CONSIDERANDO que, em momento de crise financeira, o Poder Judiciário precisa agir com criatividade, usando dos recursos disponíveis para garantir melhor acesso à Justiça e concorrer, assim, para a promoção do bem comum, objetivo-síntese de todo e qualquer país civilizado.

RESOLVE:

I – APROVAR em Sessão Plenária extraordinária, de caráter administrativo, datada de 18 de outubro de 2007, o seguinte Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre a alteração da Lei n. 3.716, de 12 de dezembro de 1979 – Lei de Organização Judiciária e da Lei 5.204, de 07 de agosto de 2001, e dá outras providências, a ser encaminhado ao Poder Legislativo para apreciação:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 04/2007, DE OUTUBRO DE 2007

Propõe à Assembléia Legislativa Projeto de Lei Complementar com alterações à Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí (Lei Estadual nº 3.716/1979) e à Lei Estadual nº 5.204, de 07 de agosto de 2001.

Art. 1º O artigo 41 da Lei estadual nº 3.716, de 12 de dezembro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 41. As trinta e quatro varas da Comarca de Teresina, cada uma com um Juiz de Direito, repartem-se em:
I – dez Varas Cíveis, por distribuição, denominadas numericamente de 1ª a 10ª;

[Assinaturas manuscritas]



ESTADO DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

II – quatro Varas da Fazenda Pública, sendo duas por distribuição, denominadas, numericamente, de 1ª e 2ª, e as 3ª e 4ª Varas, também por distribuição, exclusivas de Execuções Fiscais e demais ações de Natureza Tributária com a seguinte competência:

a) a 3ª Vara da Fazenda Pública possui competência privativa para as execuções e ações de natureza tributária referentes ao Município de Teresina;

b) a 4ª Vara da Fazenda Pública possui competência privativa para as execuções e ações de natureza tributária referentes ao Estado do Piauí.

III – Uma Vara de Registro Público;

IV – seis Varas de Família e Sucessões, competentes privativamente, por distribuição entre elas, para presidir à celebração de casamento;

V – duas Varas da Infância e da Juventude, sendo a 1ª Vara exclusiva para os processos de natureza cível e a 2ª, para os processos de natureza criminal;

VI – nove varas criminais, por distribuição, conforme especificação abaixo:

a) 1ª Vara Criminal, de competência genérica;

b) 2ª Vara Criminal, privativa de execuções criminais e corregedoria de presídios;

c) 3ª Vara Criminal, de competência genérica;

d) 4ª Vara Criminal, de competência genérica;

e) 5ª Vara Criminal, de competência exclusiva para o cumprimento de cartas precatórias, cartas rogatórias, cartas de ordem e para o processo e julgamento das causas decorrentes de violência doméstica e familiar contra a mulher.

f) 6ª Vara Criminal, privativa de crimes de Trânsito, de Imprensa e contra a Economia Popular;

g) 7ª Vara Criminal, privativa de delitos sobre tráfico de drogas;

h) 8ª Vara Criminal, privativa de delitos praticados contra idosos e portadores de deficiência;

i) 9ª Vara Criminal com competência para o julgamento de crimes militares cometidos contra civis e de ações judiciais contra atos disciplinares militares.

VII – duas varas criminais, denominadas de 1ª e 2ª Varas do Tribunal Popular do Júri, de competência exclusiva, por distribuição, para julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

§ 3º Para compor a equipe multidisciplinar, com atuação na 5ª Vara Criminal, prevista na Lei Federal nº 11.340/2006, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), ficam igualmente criados os seguintes cargos na estrutura organizacional do Poder Judiciário do Piauí:

I – 02 (dois) cargos de assistente social, de provimento efetivo;

II – 02 (dois) cargos de psicólogo, de provimento efetivo;



ESTADO DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

2

04

II – quatro Varas da Fazenda Pública, sendo duas por distribuição, denominadas, numericamente, de 1ª e 2ª, e as 3ª e 4ª Varas, também por distribuição, exclusivas de Execuções Fiscais e demais ações de Natureza Tributária com a seguinte competência:

a) a 3ª Vara da Fazenda Pública possui competência privativa para as execuções e ações de natureza tributária referentes ao Município de Teresina;

b) a 4ª Vara da Fazenda Pública possui competência privativa para as execuções e ações de natureza tributária referentes ao Estado do Piauí.

III – Uma Vara de Registro Público;

IV – seis Varas de Família e Sucessões, competentes privativamente, por distribuição entre elas, para presidir à celebração de casamento;

V – duas Varas da Infância e da Juventude, sendo a 1ª Vara exclusiva para os processos de natureza cível e a 2ª, para os processos de natureza criminal;

VI – nove varas criminais, por distribuição, conforme especificação abaixo:

a) 1ª Vara Criminal, de competência genérica;

b) 2ª Vara Criminal, privativa de execuções criminais e correedoria de presídios;

c) 3ª Vara Criminal, de competência genérica;

d) 4ª Vara Criminal, de competência genérica;

e) 5ª Vara Criminal, de competência exclusiva para o cumprimento de cartas precatórias, cartas rogatórias, cartas de ordem e para o processo e julgamento das causas decorrentes de violência doméstica e familiar contra a mulher.

f) 6ª Vara Criminal, privativa de crimes de Trânsito, de Imprensa e contra a Economia Popular;

g) 7ª Vara Criminal, privativa de delitos sobre tráfico de drogas;

h) 8ª Vara Criminal, privativa de delitos praticados contra idosos e portadores de deficiência;

i) 9ª Vara Criminal com competência para o julgamento de crimes militares cometidos contra civis e de ações judiciais contra atos disciplinares militares.

VII – duas varas criminais, denominadas de 1ª e 2ª Varas do Tribunal Popular do Júri, de competência exclusiva, por distribuição, para julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

§ 3º Para compor a equipe multidisciplinar, com atuação na 5ª Vara Criminal, prevista na Lei Federal nº 11.340/2006, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), ficam igualmente criados os seguintes cargos na estrutura organizacional do Poder Judiciário do Piauí:

I – 02 (dois) cargos de assistente social, de provimento efetivo;

II – 02 (dois) cargos de psicólogo, de provimento efetivo;



ESTADO DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

2

04

II – quatro Varas da Fazenda Pública, sendo duas por distribuição, denominadas, numericamente, de 1ª e 2ª, e as 3ª e 4ª Varas, também por distribuição, exclusivas de Execuções Fiscais e demais ações de Natureza Tributária com a seguinte competência:

a) a 3ª Vara da Fazenda Pública possui competência privativa para as execuções e ações de natureza tributária referentes ao Município de Teresina;

b) a 4ª Vara da Fazenda Pública possui competência privativa para as execuções e ações de natureza tributária referentes ao Estado do Piauí.

III – Uma Vara de Registro Público;

IV – seis Varas de Família e Sucessões, competentes privativamente, por distribuição entre elas, para presidir à celebração de casamento;

V – duas Varas da Infância e da Juventude, sendo a 1ª Vara exclusiva para os processos de natureza cível e a 2ª, para os processos de natureza criminal;

VI – nove varas criminais, por distribuição, conforme especificação abaixo:

a) 1ª Vara Criminal, de competência genérica;

b) 2ª Vara Criminal, privativa de execuções criminais e correedoria de presídios;

c) 3ª Vara Criminal, de competência genérica;

d) 4ª Vara Criminal, de competência genérica;

e) 5ª Vara Criminal, de competência exclusiva para o cumprimento de cartas precatórias, cartas rogatórias, cartas de ordem e para o processo e julgamento das causas decorrentes de violência doméstica e familiar contra a mulher.

f) 6ª Vara Criminal, privativa de crimes de Trânsito, de Imprensa e contra a Economia Popular;

g) 7ª Vara Criminal, privativa de delitos sobre tráfico de drogas;

h) 8ª Vara Criminal, privativa de delitos praticados contra idosos e portadores de deficiência;

i) 9ª Vara Criminal com competência para o julgamento de crimes militares cometidos contra civis e de ações judiciais contra atos disciplinares militares.

VII – duas varas criminais, denominadas de 1ª e 2ª Varas do Tribunal Popular do Júri, de competência exclusiva, por distribuição, para julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

§ 3º Para compor a equipe multidisciplinar, com atuação na 5ª Vara Criminal, prevista na Lei Federal nº 11.340/2006, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), ficam igualmente criados os seguintes cargos na estrutura organizacional do Poder Judiciário do Piauí:

I – 02 (dois) cargos de assistente social, de provimento efetivo;

II – 02 (dois) cargos de psicólogo, de provimento efetivo;



ESTADO DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

III – 02 (dois) cargos de médico, com especialização em psiquiatria, de provimento efetivo.” (NR).

Art. 2º Os artigos 4º, 5º e 6º da Lei estadual nº 5.204, de 07 de agosto de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Na Comarca de Parnaíba haverá seis varas comuns e dois juizado especial cível e criminal, com jurisdição na área territorial do dito município, atribuições e competências definidas nesta Lei, titulares das varas, a seguir definidas:

.....
IV – duas Varas Criminais, denominadas numericamente de 1ª e 2ª Vara Criminal, tendo aquela competência privativa para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida e dos delitos previstos na Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha.” (NR)

“Art 5º Na Comarca de Picos haverá cinco varas comuns e um juizado especial cível e criminal, com jurisdição na área territorial do dito município, com atribuições fixadas nesta lei.

§ 1º A 1ª Vara será privativa de Registros Públicos, Feitos da Fazenda Pública, Acidentes de Trabalho e dos crimes previstos na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha); à 2ª Vara caberá os processos de competência do Tribunal Popular do Júri, Execuções Penais e Acidentes de Trânsito; a 3ª Vara é privativa dos processos relacionados com a Infância e Juventude e a 4ª Vara é competente para os processos relativos à família, interditos e ausentes, provedoria, resíduos e lides comerciais em geral.

.....” (NR).

“Art 6º Na Comarca de Floriano haverá três varas comuns e um juizado especial cível e criminal, com jurisdição na área territorial do dito município, com atribuições fixadas nesta lei.

§ 1º A 1ª Vara será privativa dos Registros públicos, Acidentes de Trabalho, processos criminais de competência do Tribunal de Júri, Execuções Penais, dos crimes previstos na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), além do que lhe couber por distribuição no Cível e no Criminal.

§ 2º A 2ª Vara será privativa dos processos decorrentes de Falências e Concordatas, Precatórias em geral, Feitos da Fazenda Pública, Resíduos, além do que lhe couber por distribuição no Cível e no Criminal.

§ 3º A 3ª Vara será privativa dos feitos relativos à Família, à Infância e a Juventude, Interditos, Ausentes e Provedoria.”

.....” (NR).

[Handwritten signatures and marks at the bottom of the page]



ESTADO DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

3

05

III – 02 (dois) cargos de médico, com especialização em psiquiatria, de provimento efetivo.” (NR).

Art. 2º Os artigos 4º, 5º e 6º da Lei estadual nº 5.204, de 07 de agosto de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Na Comarca de Parnaíba haverá seis varas comuns e dois juizado especial cível e criminal, com jurisdição na área territorial do dito município, atribuições e competências definidas nesta Lei, titulares das varas, a seguir definidas:

.....
IV – duas Varas Criminais, denominadas numericamente de 1ª e 2ª Vara Criminal, tendo aquela competência privativa para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida e dos delitos previstos na Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha.” (NR)

“Art 5º Na Comarca de Picos haverá cinco varas comuns e um juizado especial cível e criminal, com jurisdição na área territorial do dito município, com atribuições fixadas nesta lei.

§ 1º A 1ª Vara será privativa de Registros Públicos, Feitos da Fazenda Pública, Acidentes de Trabalho e dos crimes previstos na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha); à 2ª Vara caberá os processos de competência do Tribunal Popular do Júri, Execuções Penais e Acidentes de Trânsito; a 3ª Vara é privativa dos processos relacionados com a Infância e Juventude e a 4ª Vara é competente para os processos relativos à família, interditos e ausentes, provedoria, resíduos e lides comerciais em geral.

.....” (NR).

“Art 6º Na Comarca de Floriano haverá três varas comuns e um juizado especial cível e criminal, com jurisdição na área territorial do dito município, com atribuições fixadas nesta lei.

§ 1º A 1ª Vara será privativa dos Registros públicos, Acidentes de Trabalho, processos criminais de competência do Tribunal de Júri, Execuções Penais, dos crimes previstos na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), além do que lhe couber por distribuição no Cível e no Criminal.

§ 2º A 2ª Vara será privativa dos processos decorrentes de Falências e Concordatas, Precatórias em geral, Feitos da Fazenda Pública, Resíduos, além do que lhe couber por distribuição no Cível e no Criminal.

§ 3º A 3ª Vara será privativa dos feitos relativos à Família, à Infância e a Juventude, Interditos, Ausentes e Provedoria.”

.....” (NR)



ESTADO DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

3

05

III – 02 (dois) cargos de médico, com especialização em psiquiatria, de provimento efetivo.” (NR).

Art. 2º Os artigos 4º, 5º e 6º da Lei estadual nº 5.204, de 07 de agosto de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Na Comarca de Parnaíba haverá seis varas comuns e dois juizado especial cível e criminal, com jurisdição na área territorial do dito município, atribuições e competências definidas nesta Lei, titulares das varas, a seguir definidas:

IV – duas Varas Criminais, denominadas numericamente de 1ª e 2ª Vara Criminal, tendo aquela competência privativa para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida e dos delitos previstos na Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha.” (NR)

“Art 5º Na Comarca de Picos haverá cinco varas comuns e um juizado especial cível e criminal, com jurisdição na área territorial do dito município, com atribuições fixadas nesta lei.

§ 1º A 1ª Vara será privativa de Registros Públicos, Feitos da Fazenda Pública, Acidentes de Trabalho e dos crimes previstos na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha); à 2ª Vara caberá os processos de competência do Tribunal Popular do Júri, Execuções Penais e Acidentes de Trânsito; a 3ª Vara é privativa dos processos relacionados com a Infância e Juventude e a 4ª Vara é competente para os processos relativos à família, interditos e ausentes, provedoria, resíduos e lides comerciais em geral.

.....” (NR).

“Art 6º Na Comarca de Floriano haverá três varas comuns e um juizado especial cível e criminal, com jurisdição na área territorial do dito município, com atribuições fixadas nesta lei.

§ 1º A 1ª Vara será privativa dos Registros públicos, Acidentes de Trabalho, processos criminais de competência do Tribunal de Júri, Execuções Penais, dos crimes previstos na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), além do que lhe couber por distribuição no Cível e no Criminal.

§ 2º A 2ª Vara será privativa dos processos decorrentes de Falências e Concordatas, Precatórias em geral, Feitos da Fazenda Pública, Resíduos, além do que lhe couber por distribuição no Cível e no Criminal.

§ 3º A 3ª Vara será privativa dos feitos relativos à Família, à Infância e a Juventude, Interditos, Ausentes e Provedoria.”

.....” (NR)



ESTADO DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Art 3º Nas comarcas de Oeiras, Piripiri, Campo Maior e demais onde houver mais de uma vara e um juizado especial cível e criminal, o julgamento dos crimes dolosos contra a vida e dos delitos previstos na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) será de competência privativa da 1ª Vara.

Art 4º Nas comarcas onde houver vara única ou duas varas, sendo uma comum e juizado especial, a competência para julgar os crimes previstos na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) será privativa da vara comum.

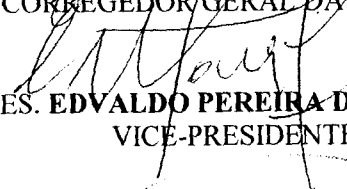
Art 5º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial os incisos III-A, IV-A, VIII, IX e X do art. 41 e o art. 42 da Lei estadual n. 3.716, de 12 de dezembro de 1979, e o artigo 3º, alíneas "a", "b" e "c", e parágrafo único, da Lei estadual nº 5.204, de 07 de agosto de 2001.

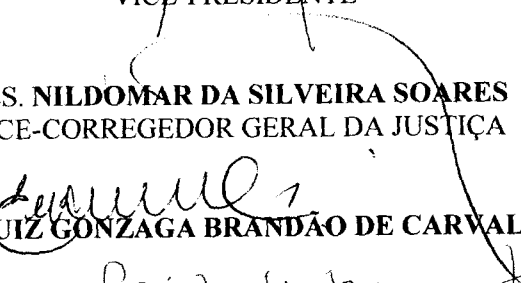
Art 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES DO EGRÉGIO TRIBUNAL PLENO, em Teresina (PI), 18 de outubro de 2007.


DES. LUIS FORTES DO REGO
PRESIDENTE


DES. RAIMUNDO NONATO DA COSTA ALENCAR
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA


DES. EDVALDO PEREIRA DE MOURA
VICE-PRESIDENTE


DES. NILDOMAR DA SILVEIRA SOARES
VICE-CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA


DES. LUIZ GONZAGA BRANDÃO DE CARVALHO


DES. OSIRIS NEVES DE MELO FILHO

DES. JOSÉ GOMES BARBOSA



ESTADO DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Art 3º Nas comarcas de Oeiras, Piripiri, Campo Maior e demais onde houver mais de uma vara e um juizado especial cível e criminal, o julgamento dos crimes dolosos contra a vida e dos delitos previstos na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) será de competência privativa da 1ª Vara.

Art 4º Nas comarcas onde houver vara única ou duas varas, sendo uma comum e juizado especial, a competência para julgar os crimes previstos na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) será privativa da vara comum.

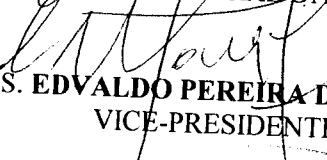
Art 5º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial os incisos III-A, IV-A, VIII, IX e X do art. 41 e o art. 42 da Lei estadual n. 3.716, de 12 de dezembro de 1979, e o artigo 3º, alíneas "a", "b" e "c", e parágrafo único, da Lei estadual nº 5.204, de 07 de agosto de 2001.

Art 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES DO EGRÉGIO TRIBUNAL PLENO, em Teresina (PI), 18 de outubro de 2007.

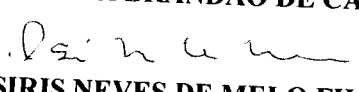

DES. LUIS FORTES DO REGO
PRESIDENTE


DES. RAIMUNDO NONATO DA COSTA ALENCAR
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA


DES. EDVALDO PEREIRA DE MOURA
VICE-PRESIDENTE

DES. NILDOMAR DA SILVEIRA SOARES
VICE-CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA


DES. LUIZ GONZAGA BRANDÃO DE CARVALHO


DES. OSIRIS NEVES DE MELO FILHO

DES. JOSÉ GOMES BARBOSA



ESTADO DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

5

07

DESA. EULÁLIA MARIA RIBEIRO GONÇALVES NASCIMENTO
PINHEIRO

DES. JOSÉ RIBAMAR OLIVEIRA

DES. ROSIMAR LEITE CARNEIRO

DES. ANTONIO PERES PARENTE

DES. FERNANDO CARVALHO MENDES

DES. HAROLDO OLIVEIRA REHEM

DES. RAIMUNDO EUFRÁSIO ALVES FILHO



Estado do Piauí

Assembléia Legislativa do Estado do Piauí
Gabinete da Deputada **LILIAN MARTINS**

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 004/2007

Autor/Origem: **Tribunal de Justiça**

Relatora: *Deputada Lilian Martins*

AL Nº 3687/07, de 06.12.2007.

Propõe alterações à Lei da Organização Judiciária do Estado do Piauí (Lei nº 3.716/79) e à Lei nº 5.204, de 07.08.2001.

Nos termos do art. 30 I, c/c art. 139, do Regimento Interno, apresentamos sobre a matéria supra, nosso

P A R E C E R

Através da Resolução nº 22/2007, posteriormente modificada pela Resolução nº 24/2007, o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, submete a esta Casa a proposição supra (AL Nº 3687/07, de 06.12.07), que introduz alterações nas Leis nºs. 3.716, de 12 de dezembro de 1979 e 5.204, de 07 de agosto de 2001, cabendo a relatoria a esta Deputada.

Tramita nesta Casa (AL Nº 3532/07, de 23.11.07) matéria também proposta pelo Egrégio Tribunal de Justiça através da Resolução nº 21/2007, posteriormente modificada pela Resolução nº 23/2007, igualmente introduzindo alterações nos mesmos diplomas legais do parágrafo anterior, sob relatoria do Deputado Marden Menezes.

No caso de ambas as matérias serem aprovadas, chamamos atenção do setor desta Assembléia, responsável pela redação final, de que a redação do caput do art. 41, nos parece mais adequada a que consta do processo sob relatoria do Dep. Marden Menezes (AL 3532/07), embora conste de resolução de número anterior (Resolução nº 21/2007), à que consta do processo em nosso poder (AL 3687/07). As redações se diferem.

As Leis nºs. 3.716/1979 e 5.204/2001 tratam da Organização Judiciária do Estado do Piauí e as alterações ora propostas visam, segundo exposição de motivos do próprio Tribunal de Justiça, a readequação da organização judiciária do Estado às necessidades atuais, obedecida a escassez de recursos orçamentários disponíveis.



Estado do Piauí

18 12 07
wally/da
Constit. e Justiça
Assembléia Legislativa do Estado do Piauí

Gabinete da Deputada **LILIAN MARTINS**

No processo em nosso poder - Resolução nº 22/2007 - processaram-se detalhamentos na competência e atribuições das 34 Comarcas de Teresina, mediante alterações no art. 41, seus parágrafos, incisos e alíneas, da Lei nº 3.716/79, bem como nas Comarcas do interior do Estado mediante alterações nos arts. 4º, 5º e 6º, da Lei nº 5.204/2001.

Registre-se que dentre as alterações introduzidas no processo sob nossa análise, duas dizem respeito a sugestões deste Poder Legislativo que, com base em legislação federal, sugeriu fosse criado juizado especial com competência específica para os casos de **Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher** e adequação em vara específica para **crimes cometidos contra crianças e adolescentes**.

Conquanto as sugestão, criação de vara, não tenham sido integralmente aceita, sob alegação de escassez orçamentária, entendemos que as providências tomadas satisfazem, pois houve readequação das atribuições das **varas já existentes, contemplando as sugestões em varas específicas**, a saber:

- Na Capital (Teresina) – 5ª e 7ª Varas Criminal;
- Na Comarca de Parnaíba – 1ª Vara Criminal;
- Na Comarca de Picos – 1ª Vara Comum;
- Na Comarca de Floriano – 1ª Vara Comum;
- Nas Comarcas onde houver mais de uma Vara, ou Vara única, e Juizados Especiais, é competente para julgar os crimes dolosos contra a vida e dos delitos previstos na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), é sempre a 1ª Vara ou Vara Única.

Por fim, o Egrégio Tribunal de Justiça propõe a criação dos seguintes cargos, de provimento efetivo, para compor a equipe multidisciplinar na estrutura organizacional do Poder Judiciário:

- Dois cargos de Assistente Social;
- Dois cargos de Psicólogo;
- Dois cargos de Médico, especialização em psiquiatria.

A matéria é constitucional, legal e obedece a boa técnica legislativa, pelo que votamos pela sua aprovação, acolhidas as emendas, com trâmite na forma regimental.

Wally/da
Lilian Martins
SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS, em 17 de dezembro de 2007.



Estado do Piauí

Assembleia Legislativa do Estado do Piauí
Gabinete da Deputada **LILIAN MARTINS**

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 004/2007

Autor/Origem: **Tribunal de Justiça**

Relatora: **Deputada Lilian Martins**

AL Nº 3687/07, de 06.12.2007.

18.02
Walmir Jan
Justiça

Propõe alterações à Lei da Organização Judiciária do Estado do Piauí (Lei nº 3.716/79) e à Lei nº 5.204, de 07.08.2001.

Nos termos do art. 117, § 4º, do Regimento Interno, apresentamos sobre a matéria supra, a seguinte

EMENDA MODIFICATIVA

Art. 1º - A alínea "g", do inciso VI, do art. 41, da Lei nº 3.716, de 12 de dezembro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 41 -
.....

VI -
.....

g) 7ª Vara Criminal, privativa de delitos sobre tráfico de drogas e de crimes cometidos contra crianças e adolescentes;
.....

Art. 2º - Mantidos inalterados os demais dispositivos do Projeto de Lei Complementar.

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS, em 12 de dezembro de 2007.

Lilian Martins
Deputada Estadual

OBS.: Emenda proposta pela Resolução nº 24/2007, do TJ. Acolhida.

LIDO NO EXPEDIENTE

Em: 05 dez 2007



ESTADO DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Praça Des. Edgard Nogueira, S/N - Centro Cívico
TERESINA - PI - CEP 64000-830 - Fone: (86) 216-7401

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA
Nos termos reg.ais
Encaminha-se o Projeto de Lei

[Assinatura]
Diretora Legislativa

Ofício Nº 386/07-GP

Teresina, 03 de dezembro de 2007.

A Sua Excelência o Senhor
Dep. Themístocles Sampaio Filho
DD. Presidente da Augusta
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
LOCAL

ASSUNTO: Encaminhando a Resolução nº 022/2007 do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.

Senhor Presidente,

Com os meus cumprimentos, encaminho a Vossa Excelência, Resolução nº 22/2007, que altera a Lei de Organização Judiciária do estado do Piauí (Lei Estadual nº 3.716/1979) e à Lei Estadual nº 5.204/2001, de 07 de agosto de 2001, aprovada por este Egrégio Tribunal Pleno, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, em sessão extraordinária, de caráter administrativo, realizada no dia 18 de outubro do corrente ano, para fins de apreciação dessa Excelsa Assembléia Legislativa do Estado do Piauí.

Certo de contar com apoio sempre bem acolhido dessa Corte, apresento a Vossa Excelência protestos de estima e elevado apreço, colocando-nos sempre à disposição no que for necessário.

[Assinatura]
Desembargador **LUIS FORTES DO REGO**
PRESIDENTE

Orgão	AL
Número	AL-3687/04
Data	06.12.04
Assunto	Proj.
Matrícula	
Rubrica	<i>[Assinatura]</i>

*Canceladas 92
72 apensos
divulga 24*



ESTADO DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO Nº 24/2007, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2007.

O EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das suas atribuições,

RESOLVE:

I – APROVAR em Sessão Plenária ordinária, datada de 06 de dezembro de 2007, a alteração da Resolução n. 22, de 18 de outubro de 2007, a ser encaminhada ao Poder Legislativo para apreciação:

Art. 1º O art. 1º da Resolução n. 22, de 18 de outubro de 2007, que aprovou Projeto de Lei Complementar dispondo sobre a alteração da Lei 3.716, de 12 de dezembro de 1979 – Lei de Organização Judiciária, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º O artigo 41 da Lei estadual nº 3.716, de 12 de dezembro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 41. As trinta e quatro varas da Comarca de Teresina, cada uma com um Juiz de Direito, repartem-se em:

.....
VI – nove varas criminais, por distribuição, conforme especificação abaixo:

g) 7ª Vara Criminal, privativa de delitos sobre tráfico de drogas e de crimes cometidos contra crianças e adolescentes;
.....” (NR).

Art. 2º Mantidos inalterados os demais dispositivos da Resolução n. 22/2007, esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES DO EGRÉGIO TRIBUNAL PLENO, em Teresina (PI), 06 de dezembro de 2007.

DES. LUIS FORTES DO REGO
PRESIDENTE

DES. RAIMUNDO NONATO DA COSTA ALENCAR
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA

DES. EDVALDO PEREIRA DE MOURA
VICE-PRESIDENTE



Estado do Piauí

Assembléia Legislativa do Estado do Piauí
Gabinete da Deputada **LILIAN MARTINS**

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 004/2007

Autor/Origem: **Tribunal de Justiça**

Relatora: *Deputada Lilian Martins*

AL Nº 3687/07, de 06.12.2007.

Propõe alterações à Lei da Organização Judiciária do Estado do Piauí (Lei nº 3.716/79) e à Lei nº 5.204, de 07.08.2001.

Nos termos do art. 117, § 4º, do Regimento Interno, apresentamos sobre a matéria supra, a seguinte

EMENDA MODIFICATIVA

Art. 1º - O inciso III e a alínea “g” do inciso VI, do art. 41, da Lei nº 3.716, de 12 de dezembro de 1979, passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 41 -
.....

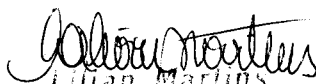
III – Uma Vara de Registro Público e para dirimir conflitos fundiários e questões agrárias no município de Teresina;
.....

VI -
.....

g) 7ª Vara Criminal, privativa de delitos sobre tráfico de drogas e de crimes cometidos contra crianças e adolescentes;
.....

Art. 2º - Mantidos inalterados os demais dispositivos do Projeto de Lei Complementar, não alterados por esta emenda.

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS, em 12 de dezembro de 2007.


Lilian Martins
Dep. Estadual - 3221-3840
P S B



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

EMENDA Nº

APROVADO em 18 / 12 / 07
Presidente da Comissão Justiça

Nos termos do Regimento Interno, altera-se o Projeto de Lei Complementar nº 003/2007, de 23 de novembro de 2007, processo AL-3532/07, que altera a Lei nº 3.716, de 12 de dezembro de 1979 – Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí, especificamente o disposto na alínea f do inciso VI do artigo 41, que passa a ter a seguinte redação:

“ Art. 1º -

Art. 41 -

(...)

VI -

(...)

f) 6ª vara Criminal dos crimes de Trânsito, de Imprensa, Crimes contra a Ordem Tributária, contra a Economia Popular, Ordem Econômica e Consumidor;”


Dep. JOÃO MADISON



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

APROVADO

em 18 / 12 / 07

Presidente da Comissão

Justiça

EMENDA ADITIVA Nº

Nos termos do art. 117 § 5º, do Regimento Interno, inclua-se ao Projeto de Lei Complementar nº 003 Processo AL-3532/07, que altera a Lei nº 3.716, de 12 de dezembro de 1979 – Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí, o seguinte artigo:

“Art. 5º Para a ampliação da atuação dos juizados especiais civis e criminais, com a implantação de novos juizados e/ou de seus anexos, o Tribunal de Justiça poderá firmar convênios com o Estado do Piauí, municípios, outras pessoas jurídicas de direito público e com pessoas jurídicas de direito privado.

§ 1º A pessoa jurídica de direito público ou privado interessada na implantação ou ampliação de juizados ou anexos poderá solicitar a formalização de convênio, responsabilizando-se pelo aparelhamento e pelas despesas de manutenção e funcionamento.

§ 2º O Tribunal de Justiça no prazo de cento e vinte dias a partir da publicação desta Lei, encaminhará à Assembléia Legislativa Resolução para se consubstanciar em Projeto de Lei regulamentando o quadro de pessoal e funcionamento dos anexos.

§ 3º O Tribunal de Justiça regulamentará o presente artigo através de Resolução, a qual caberá disciplinar o repasse mensal para o pagamento de pessoal.”

SALA DAS SESSÕES, em Teresina, 18 de dezembro de 2007.


Dep. **JOÃO MADISON**.



Assembléia Legislativa

Adm. Pública

18 / 12 / 07

Ebago

Al. Populoso LILIAN MARTINS

18 / 12 / 07

[Assinatura]

Adoto o parecer da doutora
comissão de justiça

[Assinatura]

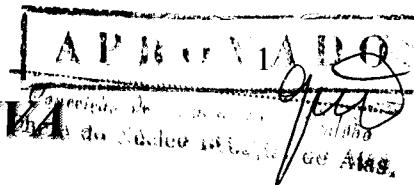
[Assinatura]
Relator

APROVADO EM UNANIMIDADE
18 / 12 / 07
Adm. Pública

[Assinatura]



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE DE OUTUBRO DE 2007

REDAÇÃO
FINAL

Altera a Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí (Lei Estadual nº 3.716, de 12 de dezembro de 1979) e a Lei Estadual nº 5.204, de 07 de agosto de 2001.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ,

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O artigo 41 da Lei Estadual nº 3.716, de 12 de dezembro de 1979, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 41. As trinta e quatro varas da Comarca de Teresina de entrância final, cada uma com um Juiz de Direito, repartem-se em:

I – dez Varas Cíveis, por distribuição, denominadas numericamente de 1ª a 10ª;

II – quatro Varas da Fazenda Pública, sendo duas por distribuição, denominadas, numericamente, de 1ª e 2ª, e as 3ª e 4ª Varas, também por distribuição, exclusivas de Execuções Fiscais e demais ações de natureza tributária com a seguinte competência:

a) a 3ª Vara da Fazenda Pública possui competência privativa para as execuções e ações de natureza tributária referentes ao Município de Teresina;

b) a 4ª Vara da Fazenda Pública possui competência privativa para as execuções e ações de natureza tributária referentes ao Estado do Piauí.

III – uma Vara de Registros Públicos e para **dirimir conflitos fundiários e questões agrárias no Município de Teresina;**

IV – seis Varas de Família e Sucessões, competentes privativamente, por distribuição entre elas, para presidir a celebração de casamento;

V – duas Varas da Infância e da Juventude, sendo a 1ª Vara exclusiva para os processos de natureza cível e a 2ª, para os processos de natureza criminal;

VI – nove Varas Criminais, por distribuição, conforme especificação abaixo:

a) 1ª Vara Criminal, de competência genérica;

b) 2ª Vara Criminal, privativa de execuções criminais e corregedoria de presídios;

c) 3ª Vara Criminal, de competência genérica;

d) 4ª Vara Criminal, de competência genérica;

e) 5ª Vara Criminal, de competência exclusiva para o cumprimento de cartas precatórias, cartas rogatórias, cartas de ordem e para o processo e



ESTADO DO PIAUÍ **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

2

julgamento das causas decorrentes de violência doméstica e familiar contra a mulher.

f) 6ª Vara Criminal dos crimes de trânsito, de imprensa, crimes contra a ordem tributária, contra a economia popular, ordem econômica e consumidor;

g) 7ª Vara Criminal, privativa de delitos sobre tráfico de drogas e de crimes cometidos contra crianças e adolescentes;

h) 8ª Vara Criminal, privativa de delitos praticados contra idosos e portadores de deficiência;

i) 9ª Vara Criminal, com competência para o julgamento de crimes militares cometidos contra civis e de ações judiciais contra atos disciplinares militares.

VII – duas Varas Criminais, denominadas de 1ª e 2ª Varas do Tribunal Popular do Júri, de competência exclusiva, por distribuição, para julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

.....
§ 3º Para compor a equipe multidisciplinar, com atuação na 5ª Vara Criminal, prevista na Lei Federal nº 11.340/2006, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), ficam igualmente criados os seguintes cargos na estrutura organizacional do Poder Judiciário do Piauí:

I – 02 (dois) cargos de assistente social, de provimento efetivo;

II – 02 (dois) cargos de psicólogo, de provimento efetivo;

III – 02 (dois) cargos de médico, com especialização em psiquiatria, de provimento efetivo.” (NR).

Art. 2º Os artigos 4º, 5º e 6º da Lei Estadual nº 5.204, de 07 de agosto de 2001, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º Na Comarca de Parnaíba haverá seis varas comuns e dois Juizados Especiais Cíveis e Criminais, com jurisdição na área territorial do dito município, com atribuições e competências, a seguir definidas:

.....
IV – duas Varas Criminais, denominadas numericamente de 1ª e 2ª Vara Criminal, tendo aquela competência privativa para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida e dos delitos previstos na Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha.” (NR)

“Art 5º Na Comarca de Picos haverá cinco varas comuns e um Juizado Especial Cível e Criminal, com jurisdição na área territorial do dito município, com atribuições fixadas nesta Lei.

§ 1º A 1ª Vara será privativa dos Registros Públicos, Feitos da Fazenda Pública, Acidentes de Trabalho e dos crimes previstos na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

§ 2º À 2ª Vara caberá os processos de competência do Tribunal Popular do Júri, Execuções Penais e Acidentes de Trânsito.

§ 3º A 3ª Vara é privativa dos processos relacionados com a Infância e Juventude.

§ 4º A 4ª Vara é competente para os processos relativos à Família, Interditos e Ausentes, Provedoria, resíduos e lides comerciais em geral.
.....” (NR).



ESTADO DO PIAUÍ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

2

julgamento das causas decorrentes de violência doméstica e familiar contra a mulher.

f) 6ª Vara Criminal dos crimes de trânsito, de imprensa, crimes contra a ordem tributária, contra a economia popular, ordem econômica e consumidor;

g) 7ª Vara Criminal, privativa de delitos sobre tráfico de drogas e de crimes cometidos contra crianças e adolescentes;

h) 8ª Vara Criminal, privativa de delitos praticados contra idosos e portadores de deficiência;

i) 9ª Vara Criminal, com competência para o julgamento de crimes militares cometidos contra civis e de ações judiciais contra atos disciplinares militares.

VII – duas Varas Criminais, denominadas de 1ª e 2ª Varas do Tribunal Popular do Júri, de competência exclusiva, por distribuição, para julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

.....
§ 3º Para compor a equipe multidisciplinar, com atuação na 5ª Vara Criminal, prevista na Lei Federal nº 11.340/2006, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), ficam igualmente criados os seguintes cargos na estrutura organizacional do Poder Judiciário do Piauí:

I – 02 (dois) cargos de assistente social, de provimento efetivo;

II – 02 (dois) cargos de psicólogo, de provimento efetivo;

III – 02 (dois) cargos de médico, com especialização em psiquiatria, de provimento efetivo.” (NR).

Art. 2º Os artigos 4º, 5º e 6º da Lei Estadual nº 5.204, de 07 de agosto de 2001, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º Na Comarca de Parnaíba haverá seis varas comuns e dois Juizados Especiais Cíveis e Criminais, com jurisdição na área territorial do dito município, com atribuições e competências, a seguir definidas:

.....
IV – duas Varas Criminais, denominadas numericamente de 1ª e 2ª Vara Criminal, tendo aquela competência privativa para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida e dos delitos previstos na Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha.” (NR)

“Art 5º Na Comarca de Picos haverá cinco varas comuns e um Juizado Especial Cível e Criminal, com jurisdição na área territorial do dito município, com atribuições fixadas nesta Lei.

§ 1º A 1ª Vara será privativa dos Registros Públicos, Feitos da Fazenda Pública, Acidentes de Trabalho e dos crimes previstos na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

§ 2º À 2ª Vara caberá os processos de competência do Tribunal Popular do Júri, Execuções Penais e Acidentes de Trânsito.

§ 3º A 3ª Vara é privativa dos processos relacionados com a Infância e Juventude.

§ 4º A 4ª Vara é competente para os processos relativos à Família, Interditos e Ausentes, Provedoria, resíduos e lides comerciais em geral.
.....” (NR).



ESTADO DO PIAUÍ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

3

“Art 6º Na Comarca de Floriano haverá três varas comuns e um Juizado Especial Cível e Criminal, com jurisdição na área territorial do dito município, com atribuições fixadas nesta Lei.

§ 1º A 1ª Vara será privativa dos Registros Públicos, Acidentes de Trabalho, processos criminais de competência do Tribunal de Júri, Execuções Penais, dos crimes previstos na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), além do que lhe couber por distribuição no Cível e no Criminal.

§ 2º A 2ª Vara será privativa dos processos decorrentes de Falências e Concordatas, Precatórias em geral, Feitos da Fazenda Pública, Resíduos, além do que lhe couber por distribuição no Cível e no Criminal.

§ 3º A 3ª Vara será privativa dos feitos relativos à Família, à Infância e a Juventude, Interditos, Ausentes e Provedoria.”

.....” (NR).

Art 3º Nas Comarcas de Oeiras, Piripiri, Campo Maior e demais onde houver mais de uma vara e um Juizado Especial Cível e Criminal, o julgamento dos crimes dolosos contra a vida e dos delitos previstos na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) será de competência privativa da 1ª Vara.

Art 4º Nas comarcas onde houver vara única ou duas varas, sendo uma comum e um Juizado Especial, a competência para julgar os crimes previstos na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) será privativa da vara comum.

Art. 5º Para a ampliação da atuação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, com a implantação de novos juizados e/ou de seus anexos, o Tribunal de Justiça poderá firmar convênios com o Estado do Piauí, com municípios, com outras pessoas jurídicas de direito público e com pessoas jurídicas de direito privado.

§ 1º A pessoa jurídica de direito público ou privado interessada na implantação ou ampliação de juizados ou anexos poderá solicitar a formalização de convênio, responsabilizando-se pelo aparelhamento e pelas despesas de manutenção e funcionamento.

§ 2º O Tribunal de Justiça, no prazo de cento e vinte dias, a partir da publicação desta Lei, encaminhará à Assembléia Legislativa Resolução para se consubstanciar em Projeto de Lei regulamentando o quadro de pessoal e funcionamento dos anexos.

§ 3º O Tribunal de Justiça regulamentará o presente artigo através de Resolução, à qual caberá disciplinar o repasse mensal para o pagamento de pessoal.

Art 6º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial os incisos III-A, IV-A, VIII, IX e X do art. 41 e o art. 42 da Lei Estadual n. 3.716, de 12 de dezembro de 1979, e o artigo 3º, alíneas “a”, “b” e “c”, e parágrafo único, da Lei Estadual nº 5.204, de 07 de agosto de 2001.



ESTADO DO PIAUÍ

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

3

“Art 6º Na Comarca de Floriano haverá três varas comuns e um Juizado Especial Cível e Criminal, com jurisdição na área territorial do dito município, com atribuições fixadas nesta Lei.

§ 1º A 1ª Vara será privativa dos Registros Públicos, Acidentes de Trabalho, processos criminais de competência do Tribunal de Júri, Execuções Penais, dos crimes previstos na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), além do que lhe couber por distribuição no Cível e no Criminal.

§ 2º A 2ª Vara será privativa dos processos decorrentes de Falências e Concordatas, Precatórias em geral, Feitos da Fazenda Pública, Resíduos, além do que lhe couber por distribuição no Cível e no Criminal.

§ 3º A 3ª Vara será privativa dos feitos relativos à Família, à Infância e a Juventude, Interditos, Ausentes e Provedoria.”

.....” (NR).

Art 3º Nas Comarcas de Oeiras, Piripiri, Campo Maior e demais onde houver mais de uma vara e um Juizado Especial Cível e Criminal, o julgamento dos crimes dolosos contra a vida e dos delitos previstos na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) será de competência privativa da 1ª Vara.

Art 4º Nas comarcas onde houver vara única ou duas varas, sendo uma comum e um Juizado Especial, a competência para julgar os crimes previstos na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) será privativa da vara comum.

Art. 5º Para a ampliação da atuação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, com a implantação de novos juizados e/ou de seus anexos, o Tribunal de Justiça poderá firmar convênios com o Estado do Piauí, com municípios, com outras pessoas jurídicas de direito público e com pessoas jurídicas de direito privado.

§ 1º A pessoa jurídica de direito público ou privado interessada na implantação ou ampliação de juizados ou anexos poderá solicitar a formalização de convênio, responsabilizando-se pelo aparelhamento e pelas despesas de manutenção e funcionamento.

§ 2º O Tribunal de Justiça, no prazo de cento e vinte dias, a partir da publicação desta Lei, encaminhará à Assembléia Legislativa Resolução para se consubstanciar em Projeto de Lei regulamentando o quadro de pessoal e funcionamento dos anexos.

§ 3º O Tribunal de Justiça regulamentará o presente artigo através de Resolução, à qual caberá disciplinar o repasse mensal para o pagamento de pessoal.

Art 6º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial os incisos III-A, IV-A, VIII, IX e X do art. 41 e o art. 42 da Lei Estadual n. 3.716, de 12 de dezembro de 1979, e o artigo 3º, alíneas “a”, “b” e “c”, e parágrafo único, da Lei Estadual nº 5.204, de 07 de agosto de 2001.



ESTADO DO PIAUÍ **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

4

Art 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA EM
ATRIBUIÇÕES DE COMISSÕES TÉCNICAS ART'S. 17, XXVI, 183 E 184, DO
REGIMENTO INTERNO, em Teresina (PI), 20 de dezembro de 2007.

Dep. **THEMISTOCLES FILHO**

Presidente

Dep. **ANTONIO UCHOA**

1º Secretário

Dep. **MAURO TAPETY**

2º Secretário



ESTADO DO PIAUÍ **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

4

Art 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA EM
ATRIBUIÇÕES DE COMISSÕES TÉCNICAS ART'S. 17, XXVI, 183 E 184, DO
REGIMENTO INTERNO, em Teresina (PI), 20 de dezembro de 2007.

Dep. **THEMISTOCLES FILHO**

Presidente

Dep. **ANTONIO UCHOA**

1º Secretário

Dep. **MAURO TAPETY**

2º Secretário



ESTADO DO PIAUÍ
Assembléia Legislativa

AL-P-(SGM) Nº 921

Teresina(PI), 24 de dezembro de 2007.

Senhor Governador,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo **Projeto de Lei Complementar** de autoria do Poder Judiciário que:

“Altera a Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí (Lei Estadual nº 3.716, de 12 de dezembro de 1979) e a Lei Estadual nº 5.204, de 07 de agosto de 2001”.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.


Deputado **THEMÍSTOCLES FILHO**
Presidente

*Recebi em:
24-12-2007
Araújo*

Excelentíssimo Senhor
JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS
Digníssimo Governador do Estado do Piauí
Palácio de Karnak
NESTA CAPITAL



ESTADO DO PIAUÍ
Assembléia Legislativa

AL-P-(SGM) Nº 921

Teresina(PI), 24 de dezembro de 2007.

Senhor Governador,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo **Projeto de Lei Complementar** de autoria do Poder Judiciário que:

“Altera a Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí (Lei Estadual nº 3.716, de 12 de dezembro de 1979) e a Lei Estadual nº 5.204, de 07 de agosto de 2001”.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.


Deputado **THEMÍSTOCLES FILHO**
Presidente

*Recebido em:
24-12-2007
Henilton*

Excelentíssimo Senhor
JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS
Digníssimo Governador do Estado do Piauí
Palácio de Karnak
NESTA CAPITAL



ESTADO DO PIAUÍ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

1

LEI COMPLEMENTAR Nº DE DE DE 2007

Altera a Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí (Lei Estadual nº 3.716, de 12 de dezembro de 1979) e a Lei Estadual nº 5.204, de 07 de agosto de 2001.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ,

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O artigo 41 da Lei Estadual nº 3.716, de 12 de dezembro de 1979, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 41. As trinta e quatro varas da Comarca de Teresina de entrância final, cada uma com um Juiz de Direito, repartem-se em:

I – dez Varas Cíveis, por distribuição, denominadas numericamente de 1ª a 10ª;

II – quatro Varas da Fazenda Pública, sendo duas por distribuição, denominadas, numericamente, de 1ª e 2ª, e as 3ª e 4ª Varas, também por distribuição, exclusivas de Execuções Fiscais e demais ações de natureza tributária com a seguinte competência:

a) a 3ª Vara da Fazenda Pública possui competência privativa para as execuções e ações de natureza tributária referentes ao Município de Teresina;

b) a 4ª Vara da Fazenda Pública possui competência privativa para as execuções e ações de natureza tributária referentes ao Estado do Piauí.

III – uma Vara de Registros Públicos e para dirimir conflitos fundiários e questões agrárias no Município de Teresina;

IV – seis Varas de Família e Sucessões, competentes privativamente, por distribuição entre elas, para presidir a celebração de casamento;

V – duas Varas da Infância e da Juventude, sendo a 1ª Vara exclusiva para os processos de natureza cível e a 2ª, para os processos de natureza criminal;

VI – nove Varas Criminais, por distribuição, conforme especificação abaixo:

a) 1ª Vara Criminal, de competência genérica;

b) 2ª Vara Criminal, privativa de execuções criminais e corregedoria de presídios;

c) 3ª Vara Criminal, de competência genérica;

d) 4ª Vara Criminal, de competência genérica;





ESTADO DO PIAUÍ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

1

LEI COMPLEMENTAR Nº DE DE DE 2007

Altera a Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí (Lei Estadual nº 3.716, de 12 de dezembro de 1979) e a Lei Estadual nº 5.204, de 07 de agosto de 2001.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ,

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O artigo 41 da Lei Estadual nº 3.716, de 12 de dezembro de 1979, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 41. As trinta e quatro varas da Comarca de Teresina de entrância final, cada uma com um Juiz de Direito, repartem-se em:

I – dez Varas Cíveis, por distribuição, denominadas numericamente de 1ª a 10ª;

II – quatro Varas da Fazenda Pública, sendo duas por distribuição, denominadas, numericamente, de 1ª e 2ª, e as 3ª e 4ª Varas, também por distribuição, exclusivas de Execuções Fiscais e demais ações de natureza tributária com a seguinte competência:

a) a 3ª Vara da Fazenda Pública possui competência privativa para as execuções e ações de natureza tributária referentes ao Município de Teresina;

b) a 4ª Vara da Fazenda Pública possui competência privativa para as execuções e ações de natureza tributária referentes ao Estado do Piauí.

III – uma Vara de Registros Públicos e para dirimir conflitos fundiários e questões agrárias no Município de Teresina;

IV – seis Varas de Família e Sucessões, competentes privativamente, por distribuição entre elas, para presidir a celebração de casamento;

V – duas Varas da Infância e da Juventude, sendo a 1ª Vara exclusiva para os processos de natureza cível e a 2ª, para os processos de natureza criminal;

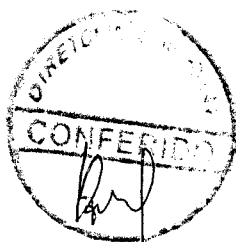
VI – nove Varas Criminais, por distribuição, conforme especificação abaixo:

a) 1ª Vara Criminal, de competência genérica;

b) 2ª Vara Criminal, privativa de execuções criminais e corregedoria de presídios;

c) 3ª Vara Criminal, de competência genérica;

d) 4ª Vara Criminal, de competência genérica;





ESTADO DO PIAUÍ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

2

e) 5ª Vara Criminal, de competência exclusiva para o cumprimento de cartas precatórias, cartas rogatórias, cartas de ordem e para o processo e julgamento das causas decorrentes de violência doméstica e familiar contra a mulher.

f) 6ª Vara Criminal dos crimes de trânsito, de imprensa, crimes contra a ordem tributária, contra a economia popular, ordem econômica e consumidor;

g) 7ª Vara Criminal, privativa de delitos sobre tráfico de drogas e de crimes cometidos contra crianças e adolescentes;

h) 8ª Vara Criminal, privativa de delitos praticados contra idosos e portadores de deficiência;

i) 9ª Vara Criminal, com competência para o julgamento de crimes militares cometidos contra civis e de ações judiciais contra atos disciplinares militares.

VII – duas Varas Criminais, denominadas de 1ª e 2ª Varas do Tribunal Popular do Júri, de competência exclusiva, por distribuição, para julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

.....
§ 3º Para compor a equipe multidisciplinar, com atuação na 5ª Vara Criminal, prevista na Lei Federal nº 11.340/2006, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), ficam igualmente criados os seguintes cargos na estrutura organizacional do Poder Judiciário do Piauí:

I – 02 (dois) cargos de assistente social, de provimento efetivo;

II – 02 (dois) cargos de psicólogo, de provimento efetivo;

III – 02 (dois) cargos de médico, com especialização em psiquiatria, de provimento efetivo.” (NR).

Art. 2º Os artigos 4º, 5º e 6º da Lei Estadual nº 5.204, de 07 de agosto de 2001, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º Na Comarca de Parnaíba haverá seis varas comuns e dois Juizados Especiais Cíveis e Criminais, com jurisdição na área territorial do dito município, com atribuições e competências, a seguir definidas:

.....
IV – duas Varas Criminais, denominadas numericamente de 1ª e 2ª Vara Criminal, tendo aquela competência privativa para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida e dos delitos previstos na Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha.” (NR)

“Art 5º Na Comarca de Picos haverá cinco varas comuns e um Juizado Especial Cível e Criminal, com jurisdição na área territorial do dito município, com atribuições fixadas nesta Lei.

§ 1º A 1ª Vara será privativa dos Registros Públicos, Feitos da Fazenda Pública, Acidentes de Trabalho e dos crimes previstos na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

§ 2º À 2ª Vara caberá os processos de competência do Tribunal Popular do Júri, Execuções Penais e Acidentes de Trânsito.

Handwritten signature

Handwritten signatures



ESTADO DO PIAUÍ **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

2

e) 5ª Vara Criminal, de competência exclusiva para o cumprimento de cartas precatórias, cartas rogatórias, cartas de ordem e para o processo e julgamento das causas decorrentes de violência doméstica e familiar contra a mulher.

f) 6ª Vara Criminal dos crimes de trânsito, de imprensa, crimes contra a ordem tributária, contra a economia popular, ordem econômica e consumidor;

g) 7ª Vara Criminal, privativa de delitos sobre tráfico de drogas e de crimes cometidos contra crianças e adolescentes;

h) 8ª Vara Criminal, privativa de delitos praticados contra idosos e portadores de deficiência;

i) 9ª Vara Criminal, com competência para o julgamento de crimes militares cometidos contra civis e de ações judiciais contra atos disciplinares militares.

VII – duas Varas Criminais, denominadas de 1ª e 2ª Varas do Tribunal Popular do Júri, de competência exclusiva, por distribuição, para julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

.....
§ 3º Para compor a equipe multidisciplinar, com atuação na 5ª Vara Criminal, prevista na Lei Federal nº 11.340/2006, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), ficam igualmente criados os seguintes cargos na estrutura organizacional do Poder Judiciário do Piauí:

I – 02 (dois) cargos de assistente social, de provimento efetivo;

II – 02 (dois) cargos de psicólogo, de provimento efetivo;

III – 02 (dois) cargos de médico, com especialização em psiquiatria, de provimento efetivo.” (NR).

Art. 2º Os artigos 4º, 5º e 6º da Lei Estadual nº 5.204, de 07 de agosto de 2001, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º Na Comarca de Parnaíba haverá seis varas comuns e dois Juizados Especiais Cíveis e Criminais, com jurisdição na área territorial do dito município, com atribuições e competências, a seguir definidas:

.....
IV – duas Varas Criminais, denominadas numericamente de 1ª e 2ª Vara Criminal, tendo aquela competência privativa para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida e dos delitos previstos na Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha.” (NR)

“Art 5º Na Comarca de Picos haverá cinco varas comuns e um Juizado Especial Cível e Criminal, com jurisdição na área territorial do dito município, com atribuições fixadas nesta Lei.

§ 1º A 1ª Vara será privativa dos Registros Públicos, Feitos da Fazenda Pública, Acidentes de Trabalho e dos crimes previstos na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

§ 2º À 2ª Vara caberá os processos de competência do Tribunal Popular do Júri, Execuções Penais e Acidentes de Trânsito.

Handwritten signature

Handwritten signatures



ESTADO DO PIAUÍ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

3

§ 3º A 3ª Vara é privativa dos processos relacionados com a Infância e Juventude.

§ 4º A 4ª Vara é competente para os processos relativos à Família, Interditos e Ausentes, Provedoria, resíduos e lides comerciais em geral.

.....” (NR).

“Art 6º Na Comarca de Floriano haverá três varas comuns e um Juizado Especial Cível e Criminal, com jurisdição na área territorial do dito município, com atribuições fixadas nesta Lei.

§ 1º A 1ª Vara será privativa dos Registros Públicos, Acidentes de Trabalho, processos criminais de competência do Tribunal de Júri, Execuções Penais, dos crimes previstos na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), além do que lhe couber por distribuição no Cível e no Criminal.

§ 2º A 2ª Vara será privativa dos processos decorrentes de Falências e Concordatas, Precatórias em geral, Feitos da Fazenda Pública, Resíduos, além do que lhe couber por distribuição no Cível e no Criminal.

§ 3º A 3ª Vara será privativa dos feitos relativos à Família, à Infância e a Juventude, Interditos, Ausentes e Provedoria.”

.....” (NR).

Art 3º Nas Comarcas de Oeiras, Piripiri, Campo Maior e demais onde houver mais de uma vara e um Juizado Especial Cível e Criminal, o julgamento dos crimes dolosos contra a vida e dos delitos previstos na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) será de competência privativa da 1ª Vara.

Art 4º Nas comarcas onde houver vara única ou duas varas, sendo uma comum e um Juizado Especial, a competência para julgar os crimes previstos na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) será privativa da vara comum.

Art. 5º Para a ampliação da atuação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, com a implantação de novos juizados e/ou de seus anexos, o Tribunal de Justiça poderá firmar convênios com o Estado do Piauí, com municípios, com outras pessoas jurídicas de direito público e com pessoas jurídicas de direito privado.

§ 1º A pessoa jurídica de direito público ou privado interessada na implantação ou ampliação de juizados ou anexos poderá solicitar a formalização de convênio, responsabilizando-se pelo aparelhamento e pelas despesas de manutenção e funcionamento.

§ 2º O Tribunal de Justiça, no prazo de cento e vinte dias, a partir da publicação desta Lei, encaminhará à Assembléia Legislativa Resolução para se consubstanciar em Projeto de Lei regulamentando o quadro de pessoal e funcionamento dos anexos.

§ 3º O Tribunal de Justiça regulamentará o presente artigo através de Resolução, à qual caberá disciplinar o repasse mensal para o pagamento de pessoal.

12/11



ESTADO DO PIAUÍ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

3

§ 3º A 3ª Vara é privativa dos processos relacionados com a Infância e Juventude.

§ 4º A 4ª Vara é competente para os processos relativos à Família, Interditos e Ausentes, Provedoria, resíduos e lides comerciais em geral.
.....” (NR).

“Art 6º Na Comarca de Floriano haverá três varas comuns e um Juizado Especial Cível e Criminal, com jurisdição na área territorial do dito município, com atribuições fixadas nesta Lei.

§ 1º A 1ª Vara será privativa dos Registros Públicos, Acidentes de Trabalho, processos criminais de competência do Tribunal de Júri, Execuções Penais, dos crimes previstos na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), além do que lhe couber por distribuição no Cível e no Criminal.

§ 2º A 2ª Vara será privativa dos processos decorrentes de Falências e Concordatas, Precatórias em geral, Feitos da Fazenda Pública, Resíduos, além do que lhe couber por distribuição no Cível e no Criminal.

§ 3º A 3ª Vara será privativa dos feitos relativos à Família, à Infância e a Juventude, Interditos, Ausentes e Provedoria.”

.....” (NR).

Art 3º Nas Comarcas de Oeiras, Piripiri, Campo Maior e demais onde houver mais de uma vara e um Juizado Especial Cível e Criminal, o julgamento dos crimes dolosos contra a vida e dos delitos previstos na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) será de competência privativa da 1ª Vara.

Art 4º Nas comarcas onde houver vara única ou duas varas, sendo uma comum e um Juizado Especial, a competência para julgar os crimes previstos na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) será privativa da vara comum.

Art. 5º Para a ampliação da atuação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, com a implantação de novos juizados e/ou de seus anexos, o Tribunal de Justiça poderá firmar convênios com o Estado do Piauí, com municípios, com outras pessoas jurídicas de direito público e com pessoas jurídicas de direito privado.

§ 1º A pessoa jurídica de direito público ou privado interessada na implantação ou ampliação de juizados ou anexos poderá solicitar a formalização de convênio, responsabilizando-se pelo aparelhamento e pelas despesas de manutenção e funcionamento.

§ 2º O Tribunal de Justiça, no prazo de cento e vinte dias, a partir da publicação desta Lei, encaminhará à Assembléia Legislativa Resolução para se consubstanciar em Projeto de Lei regulamentando o quadro de pessoal e funcionamento dos anexos.

§ 3º O Tribunal de Justiça regulamentará o presente artigo através de Resolução, à qual caberá disciplinar o repasse mensal para o pagamento de pessoal.

12/11/11



ESTADO DO PIAUÍ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

3

§ 3º A 3ª Vara é privativa dos processos relacionados com a Infância e Juventude.

§ 4º A 4ª Vara é competente para os processos relativos à Família, Interditos e Ausentes, Provedoria, resíduos e lides comerciais em geral.
.....” (NR).

“Art 6º Na Comarca de Floriano haverá três varas comuns e um Juizado Especial Cível e Criminal, com jurisdição na área territorial do dito município, com atribuições fixadas nesta Lei.

§ 1º A 1ª Vara será privativa dos Registros Públicos, Acidentes de Trabalho, processos criminais de competência do Tribunal de Júri, Execuções Penais, dos crimes previstos na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), além do que lhe couber por distribuição no Cível e no Criminal.

§ 2º A 2ª Vara será privativa dos processos decorrentes de Falências e Concordatas, Precatórias em geral, Feitos da Fazenda Pública, Resíduos, além do que lhe couber por distribuição no Cível e no Criminal.

§ 3º A 3ª Vara será privativa dos feitos relativos à Família, à Infância e a Juventude, Interditos, Ausentes e Provedoria.”

.....” (NR).

Art 3º Nas Comarcas de Oeiras, Piripiri, Campo Maior e demais onde houver mais de uma vara e um Juizado Especial Cível e Criminal, o julgamento dos crimes dolosos contra a vida e dos delitos previstos na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) será de competência privativa da 1ª Vara.

Art 4º Nas comarcas onde houver vara única ou duas varas, sendo uma comum e um Juizado Especial, a competência para julgar os crimes previstos na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) será privativa da vara comum.

Art. 5º Para a ampliação da atuação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, com a implantação de novos juizados e/ou de seus anexos, o Tribunal de Justiça poderá firmar convênios com o Estado do Piauí, com municípios, com outras pessoas jurídicas de direito público e com pessoas jurídicas de direito privado.

§ 1º A pessoa jurídica de direito público ou privado interessada na implantação ou ampliação de juizados ou anexos poderá solicitar a formalização de convênio, responsabilizando-se pelo aparelhamento e pelas despesas de manutenção e funcionamento.

§ 2º O Tribunal de Justiça, no prazo de cento e vinte dias, a partir da publicação desta Lei, encaminhará à Assembléia Legislativa Resolução para se consubstanciar em Projeto de Lei regulamentando o quadro de pessoal e funcionamento dos anexos.

§ 3º O Tribunal de Justiça regulamentará o presente artigo através de Resolução, à qual caberá disciplinar o repasse mensal para o pagamento de pessoal.



ESTADO DO PIAUÍ **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

4

Art 6º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial os incisos III-A, IV-A, VIII, IX e X do art. 41 e o art. 42 da Lei Estadual n. 3.716, de 12 de dezembro de 1979, e o artigo 3º, alíneas “a”, “b” e “c”, e parágrafo único, da Lei Estadual nº 5.204, de 07 de agosto de 2001.

Art 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA, em Teresina (PI), 21 de dezembro de 2007.

Dep. **THEMISTOCLES FILHO**

Presidente

Dep. **ANTONIO UCHOA**

1º Secretário

Dep. **MAURO TAPETY**

2º Secretário

21



ESTADO DO PIAUÍ **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

4

Art 6º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial os incisos III-A, IV-A, VIII, IX e X do art. 41 e o art. 42 da Lei Estadual n. 3.716, de 12 de dezembro de 1979, e o artigo 3º, alíneas “a”, “b” e “c”, e parágrafo único, da Lei Estadual nº 5.204, de 07 de agosto de 2001.

Art 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA, em Teresina (PI), 21 de dezembro de 2007.

Dep. **THEMISTOCLES FILHO**

Presidente

Dep. **ANTONIO UCHOA**

1º Secretário

Dep. **MAURO TAPETY**

2º Secretário

21